



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 046

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE JUNHO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; Sem Partido: Rafael Greca

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 046ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE JUNHO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Carlos Simões.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO GP 091/2003

Curitiba, 09 de junho de 2003.

Senhor Secretário:

Em atenção aos termos do Ofício nº 211/2003 GAB, protocolado junto a esta Casa de Leis, sob o nº

4197, comunico a V. Exa. que foi designada a data de 11 de junho do corrente ano, às 10 horas, no plenário deste Poder Legislativo, para realização da audiência pública, em cumprimento ao disposto nos artigos 9º, parágrafo 4º e 54, da Lei Complementar nº 101/2002.

Na oportunidade, renovo a V. Exa. protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 09.06.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1155

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que os projetos de lei autorizatórios, transformados em indicação ou declarados inconstitucionais pela Comissão de Constituição e Justiça, não sejam suprimidos de apreciação pelo Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 09.06.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1146

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do octogésimo nono aniversário do município de Foz do Iguaçu, em 10 de junho deste.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao prefeito municipal Celso Sâmis da Silva, ao presidente da Câmara Municipal, vereador Ney Patrício da Costa, ao vice-prefeito, José Cláudio Rorato, ao presidente da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu - Acifi, Arnaldo Bortoli, assim como aos vereadores e demais funcionários da Prefeitura e na Câmara Municipal, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 09.06.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Foz do Iguaçu já se prepara para as festividades alusivas ao aniversário de sua emancipação política, que ocorre no próximo dia 10 de junho deste, quando completa 89 anos.

Ao completar 89 anos de vida, Foz do Iguaçu confirma sua vocação de ser a terra de todas as gentes. A união divina das águas, inspirou povos de diferentes culturas para que nesse lugar ímpar convivessem harmoniosamente e construíssem uma cidade em que todos pudessem ser felizes. Seu clima estimula práticas ecológicas. Falar da sua importância como pólo turístico mundial é mais de uma obrigação; é um prazer que orgulha a todos os paranaenses e brasileiros.

Parabéns Foz do Iguaçu. Parabéns aos iguaçuenses.

REQUERIMENTO Nº 1154

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e apoio aos organizadores do Femucic - Festival de Música da Cidade Canção, pelos seus 25 anos de Mostra Musical.

Sala das Sessões, em 09.06.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O Femucic é um festival de nível nacional, acontece anualmente na cidade de Maringá e é realizado pelo Serviço Social do Comércio - SESC, em parceria com a TV Cultura de Maringá e Prefeitura Municipal.

Nasceu em 1977, com o nome da Femusesc e, em 1978, passou a chamar-se Femucic - Festival de Música Cidade Canção.

O que era apenas um pequeno movimento musical atrai hoje músicos, cantores e compositores de todos os cantos do país, sendo firmadas diversas parcerias com a gravação e distribuição de discos do Femucic.

REQUERIMENTO Nº 1156

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede ao egrégio Plenário a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à Escola de Dança do Teatro Guaíra pela comemoração dos vinte anos do Projeto Pré-Profissional e também pela apresentação da "Mostra de Dança 2003 - Projeto Juvenil e Pré-Profissional", neste 7 de junho.

Seja este voto encaminhado à senhora Rosane Gonçalves de Almeida Torres, coordenadora da Escola de Dança do Teatro Guaíra - Praça Santos Andrade s/nº.

Sala das Sessões, em 09.06.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Com objetivo precípuo de oportunizar experiência cênica aos jovens alunos e em face às comemorações dos vinte anos do Projeto Pré-Profissional, a Escola de Dança do Teatro Guaíra apresenta ao público os trabalhos desenvolvidos na escola com a aplicação dos Projetos Juvenil e Pré-Profissional que visam ao aperfeiçoamento técnico e artístico dos alunos matriculados.

A Escola de Dança do Teatro Guaíra ocupa nossas moços e moças com a arte da dança, da música e dissemina cultura e educação à juventude paranaense.

Faça-se o registro desse importante trabalho realizado pela Escola de Dança do Teatro Guaíra, que por meio da Secretaria Estadual da Cultura e do Governo, tem elevado o nome do nosso Estado no cenário cultural e artístico do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 1147

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao senhor Eleazar Ferreira, magnífico reitor da Unifil - Centro Universitário Filadélfia.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1148

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao senhor Dinocarme Aparecido, diretor do Centro de Educação Profissional Integrado.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados à frente de sua instituição, atendendo mais de quatro mil alunos em Curitiba e Londrina na área de nível técnico em saúde, principalmente pelo Projeto Profae - Programa de Formação dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem.

Requer, também, envio de correspondência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1149

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor à senhora Francisca Campinha Garcia.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenagem, da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1151

Senhor Presidente:

Respeitadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, solicitando do mesmo que determine aos órgãos competentes urgente empenho destinado à ampliação de programas de estágio para estudantes de ensino médio e universitário, junto a órgãos públicos e empresas privadas, criando mais postos de estágio e propiciando melhor formação escolar e profissional aos estudantes, promovendo inclusive campanhas de divulgação para a importância do tema.

Trata-se de preparação para o acesso ao mercado de trabalho, representando meio eficaz de desenvolver

conceitos assimilados na escola, aplicando-os a situações concretas.

Segundo o disposto no artigo 82 da LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação, "os sistemas de ensino estabelecerão as normas para a realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica".

As empresas e órgãos públicos também recebem benefícios com a participação de estagiários. Podem ampliar ou renovar quadros funcionais, técnicos e administrativos, com custos reduzidos. Possibilita eficaz sistema de recrutamento e seleção de novos profissionais, facilitando a descoberta de novos talentos que assegurem a formação do quadro qualificado de recursos humanos.

Os estágios são também meios eficientes de avaliação profissional, reduzindo o investimento em tempo, salários e treinamento necessário no caso de contratação de recém-formados sem prática profissional.

O estágio proporciona um canal eficiente para acompanhamento de avanços tecnológicos e conceituais, difundidos via escola, criando e mantendo o espírito de renovação permanente, vital para o futuro de empresas.

Permite, ainda, ao empresário cumprir seu papel social, contribuindo para formar as novas gerações de profissionais com a rapidez e a qualificação que o país necessita.

Cabe salientar que o investimento financeiro em programas de estágio é considerado despesa operacional.

Infelizmente, a situação do estudante diante da necessidade de entrar no mercado de trabalho saturado é crítica e angustiante. O apoio governamental é essencial para amenizar o problema.

Não bastasse o desemprego que afeta nosso país, o estudante, em especial o jovem estudante, enfrenta obstáculos gravíssimos como falhas na educação escolar e o número insuficiente de vagas em estágio curricular.

Sala das Sessões, em 09.06.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1152

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando do mesmo que determine estudos para a regulamentação da Lei nº 11.911, de 1º de dezembro de 1997, assegurando transporte gratuito em linhas de transporte intermunicipal aos portadores de deficiência, quando estiverem em processo de reabilitação e/ou capacitação profissional.

Solicita, outrossim, após a competente regulamentação, a divulgação desse benefício aos portadores de necessidades especiais, através dos órgãos da imprensa.

Dê-se ciência do requerimento ao presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão, vereador Izael Skowronski, em atenção ao Ofício Circular 12-2003-GAB-PRES.

Sala das Sessões, em 09.06.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1150

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário estadual de Transportes, solicitando a substituição do semáforo da Avenida Brasília (Rodovia Melo Peixoto) na confluência com a Avenida do Sol na cidade de Londrina.

O presente requerimento deve-se porque o referido semáforo é de quatro tempos, o que obriga os motoristas a ficarem parados numa região perigosa, com alto índice de ações marginais e acidentes de trânsito. Além de o local possuir espaço para a construção da rotatória, sua instalação evitaria tais assaltos no cruzamento.

Sala das Sessões, em 09.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1153

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao senhor secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando providências para o recapeamento asfáltico da estrada do Bulle - trecho pertencente ao município de Londrina, de aproximadamente 10 km.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia ao chefe da Superintendência Regional Norte do DER, Wilson Luiz Bazzo, Rua Uruguai, 943 - CEP 86010-220, Londrina / PR.

Sala das Sessões, em 09.06.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Reiterando a solicitação de municípios da região solicitamos a análise de V. Exa. e possível intervenção quanto à viabilidade do atendimento.

Considerando as precárias condições desse trecho da estrada, o que tem inviabilizado o escoamento da produção agrícola da região e o transporte escolar, principalmente nos dias chuvosos.

Além disso, o trecho em questão é íngreme e tem causado sérios problemas para os caminhoneiros, cujos veículos necessitam ser puxados por tratores, mesmo nos dias secos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra, o deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Final de semana violento na Região Metropolitana de Maringá, de Londrina, e venho aqui, mais uma vez, trazer o problema de segurança pública para apreciação e debate de todos os senhores que aqui estão.

Tivemos dois ônibus de turismo que foram vítimas de assalto: 12 homens usando farda da Polícia Militar, armaram uma “blitz de araque” e assaltam quase cem passageiros a quilômetros do posto da Polícia Rodoviária. Esse ônibus que saiu de Curitiba em direção a Cascavel. Só aqui em Curitiba, aconteceram 14 assassinatos, de sexta-feira até ontem à noite. 84 veículos roubados; 29, por assalto à mão armada.

Tivemos um dado triste, ainda com referência a Curitiba e Região Metropolitana, que de janeiro até agora, 143 pessoas fugiram das delegacias; 32, só na capital do Estado. Essa é, sem dúvida nenhuma, a situação caótica que nós enfrentamos.

Vou me reportar a Londrina, onde no sábado, às duas horas da tarde, um jovem de 14 anos de idade morreu com um tiro na cabeça, em frente a um hipermercado, elevando para 103 o número de pessoas assassinadas somente neste ano, onde 70% dessas vítimas fatais tinham até 24 anos de idade. Londrina, tristemente, ultrapassa Foz do Iguaçu, que historicamente teve o índice maior de número de homicídios no Estado do Paraná no interior. Agora Londrina é considerada a segunda cidade mais violenta do Estado; a segunda, em população; a terceira do Sul do Brasil. E, no Sul, Curitiba é a mais violenta; depois Porto Alegre e, tristemente, Londrina, repito tem esse número. Na mesma zona Oeste da cidade, onde foi assassinado esse rapaz, existem mais de cem mil pessoas, e não tem mais uma delegacia que possa atender a toda essa comunidade. Já propus isso ao secretário da Segurança Pública, como também pedi a instalação de uma delegacia de homicídios para Londrina. Até agora isso não aconteceu. Infelizmente, o secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, nem sequer está respondendo ao chamamento da Comissão de Segurança da Câmara Municipal de Londrina, que enviou um requerimento assinado por todos os 21 vereadores, o que é muito triste.

Então, gostaria de deixar mais uma vez gravado nos Anais desta Casa, para que nós possamos ter consciência de a quantas anda a insegurança pública. Já tivemos deputados assaltados, filhos de deputados vítimas da violência, secretário de Estado já sofreu seqüestro-relâmpago, e nós vamos continuar fingindo que não está acontecendo com o Paraná. Quando o Paraná se transformar num Rio de Janeiro, pode ser tarde demais.

Nós aprovamos a reforma do Estatuto da Polícia Civil; o governador disse que iria expulsar a banda podre.

Infelizmente expulsou e transferiu delegados de primeira classe, que prestavam excelente serviço no combate à criminalidade.

Esta, é a triste realidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa aqui presente; demais visitantes nesta data. Utilizo desta tribuna na tarde de hoje para falar em nome da Comissão Especial da Reforma Tributária, em meu nome também. Gostaria de, na data de hoje, afirmar aos nobres pares que aqui nesta Assembléia nasceu o movimento de vanguarda, através da constituição da Comissão de Acompanhamento da Reforma Tributária, que hoje o deputado José Maria se encontra em Brasília, juntamente com representantes das assembleias legislativas do país inteiro.

Então a Reforma Tributária - que tem sido tratada apenas no campo jurídico constitucional, tanto na Câmara, quando também por esta Assembléia e demais Assembleias, que na seqüência foi constituída a Comissão Especial aqui nesta Casa, também constituíram, no que diz respeito a esse primeiro momento, acredito que atingiu às expectativas e nos damos por vitoriosos, porque especialmente no que toca à questão ao pacto federativo e à perda da competência das assembleias legislativas estaduais, para legislar sobre matéria tributária, daqueles tributos estaduais, acredito que esse alerta foi dado, tanto é que hoje nós estamos lá, bem representados em Brasília, através do deputado José Maria Ferreira.

Todas as assembleias legislativas estão tocando no assunto; já saíram da discussão meramente teórica, e hoje começam a coletar assinaturas, no sentido de apresentar um projeto, emenda constitucional, para suprir essa inconstitucionalidade, que teoricamente estaria passando batida aí.

Como afirmei anteriormente, no campo jurídico constitucional, no que diz respeito ao pacto federativo, já obtivemos essa vitória e agora o nosso movimento, essa comissão constituída nesta Casa passa para a etapa seguinte. As assembleias legislativas já estão mobilizadas no país inteiro, para que se preserve o pacto federativo.

Estaremos numa luta de envolver, não só a sociedade civil organizada, mas também entidades de classes, para que elas possam não só discutir, mas também acompanhar quais serão os reflexos dessa Reforma Tributária.

Quero tentar demonstrar, não só para os nobres pares aqui, como também à população do Estado do Paraná, através da imprensa aqui presente, que a Reforma, nos termos que foi proposta, vai afetar a vida de cada cidadão, pois encerra em seu bojo o fim das isen-

ções, como se tal medida fosse o remédio para todos os males.

Os males da guerra fiscal entre os Estados, entendemos que assim não é, porque de imediato não teríamos mais os benefícios que estarei elencando, que vão representar muita perda para o Estado do Paraná. Esses benefícios representaram e continuam representando a grande parcela da população paranaense, não só em incentivo e benefício, mas também condições mínimas necessárias para ela se desenvolver.

Temos no Paraná e a exemplo disto, a água natural canalizada, que é beneficiada pela isenção. A isenção está proibida, nos termos do projeto de emenda constitucional. Ou seja, todo aquele que recebe água canalizada em sua casa terá um acréscimo na fatura de água. Os produtos adquiridos pelas APAE's, que hoje têm incentivo do ICMS, estarão também condenados. Veículos adquiridos pelo Corpo de Bombeiros também não terão mais o benefício do ICMS. Produtos destinados a deficientes físicos auditivos, visuais e mentais, não poderão mais ter o benefício. Equipamentos médicos hospitalares também não terão mais benefício.

Vacinas e medicamentos destinados aos órgãos públicos também não. Medicamentos para o tratamento da AIDS, também não terão. Veículos destinados a deficientes físicos e veículos destinados a taxistas, que hoje têm uma parcela de isenção de ICMS no preço final, também não poderão ter este benefício. Leite, medicamentos para tratamento de câncer, preservativos, produtos agrícolas, software e principalmente para nós que somos um Estado agrícola, vai acabar o diferimento na agricultura, tanto para os insumos, que são adquiridos pelos produtores, como também o diferenciamento na hora em que ele vai vender o produto.

Então, senhoras e senhores, o alcance negativo desta mudança, que certamente vai dificultar a vida do cidadão comum, encarecendo o custo de vida de forma absurda, precisa ser melhor tratado e melhor discutido, e não ser tratado da maneira como está sendo conduzido esta reforma, no afogadilho. Nós precisamos discutir. Tanto é verdade que precisamos discutir, que estive em Brasília na semana passada e para nossa surpresa até o ministro da Cultura não tinha conhecimento que os incentivos de natureza cultural sofreriam com o projeto de emenda constitucional.

Neste sentido, vão perder a eficácia, não só leis de incentivo à cultura, mas também várias leis desta Casa que tiveram ou têm significância para segmentos importantes da economia regional e estadual. Por exemplo, a lei encabeçada e nominada como Lei Brandão, do nosso nobre presidente, que beneficiou não só o ramo das carnes e do leite, mas com certeza milhares de paranaenses que sobrevivem destes ramos.

Outra questão que vai afetar a comunidade paranaense é a Lei Vanhoni, que propõe incentivo à cultura e por aí vão inúmeras outras leis que prevêm este incentivo.

Para concluir, senhor presidente, diante do tempo escasso, gostaria de dizer que longe de ser uma discussão técnica e política, a reforma tributária, na forma em que foi proposta, é uma necessidade que o Brasil precisa para continuar crescendo e se desenvolvendo. Mas, na forma como foi proposta e já aprovada na Câmara, de Constituição e Justiça e Redação, da Câmara Federal, ela implicará em profundas modificações na vida do cidadão comum, aquele que compra um litro de leite por dia, aquele que tem deficiência física, aquele que precisa de um medicamento. E ela terá novos encargos que vão corroer o salário, que já é miserável, da maioria da população, não só paranaense, mas de todo o país.

Então, gostaria de estender esta vitória que tivemos, através da Assembléia Legislativa do Paraná, de mobilizar todos os Estados da Federação nesta primeira fase da nossa comissão de acompanhamento, que era a mobilização das demais assembleias legislativas, que já estão mobilizadas e hoje estão em Brasília apresentando e coletando assinaturas para esta emenda, para que as assembleias não percam a capacidade de legislar sobre os tributos estaduais, para que com isso não se condene o pacto federativo. E também estão lá representando os municípios, não só do Paraná, como de toda a União. Esse compromisso de levar o risco, nós levamos não só para os municípios como também para as assembleias legislativas da União.

Agora na segunda fase estamos propondo levar à grande população o que é a reforma, como foi proposta e na maneira que está a proposta e como está sendo encaminhada que afetará a vida do cidadão comum.

Queremos, sim, a reforma tributária, mas uma reforma tributária que, não só a sociedade mas o país merece e necessita, e não essa que foi apresentada.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ocupo a tribuna, porque quero comunicar aos senhores o prêmio que recebe uma entidade assistencial de Curitiba, da qual conhecemos o trabalho há mais de 15 anos.

Trata-se do Instituto Saleziano de Assistência Social de Curitiba, que trabalha na Vila Guaíra, Paróquia São Cristóvão. Teve na sua direção nos últimos anos, o Padre Dácio de Bonna; agora está sendo dirigido pelo Padre Arcângelo Deretti. Este Instituto atende cerca de 600 crianças. Boa parte vem das ruas de Curitiba. Crianças que são de famílias que moram no Parolin, na favelas da Vila Guaíra, crianças que ficavam marginalizadas da nossa sociedade.

O trabalho que essa comunidade faz, além do ensino, da educação, também tem algumas profissões que são ensinadas. E o prêmio que acaba de receber é feito,

organizado e outorgado pela Canites e Associados - uma empresa que atua há mais de 20 anos no mercado. Ela analisou mais de 500 empresas no país. Dentre essas, relacionou 50, que tiveram durante o ano uma atividade de excelente desempenho. O prêmio chama-se "Prêmio Bem Eficiente". Foram 500 empresas e entidades analisadas. Dentre as 50 está o Instituto Saleziano, mostrando mais uma vez o seu trabalho, a seriedade do seu trabalho, principalmente de um instituto que não tem fins lucrativos, mas está preocupado com a saúde, a segurança e principalmente com o futuro dos jovens, das crianças que são de favelas da nossa cidade, e em especial, da região Sul de Curitiba.

Dessas 600 crianças hoje, muitos deles já formados, trabalhando, alguns dando aulas e sendo instrutor no próprio instituto.

Quero parabenizar o Instituto Saleziano por mais essa conquista, pelo trabalho em prol da comunidade carente da nossa cidade. E que este prêmio sirva, não só de reconhecimento, mas como incentivo a toda a equipe do Padre Arcângelo que faz esse trabalho com muita dedicação, seriedade e, com certeza, tem ajudado a diminuir os meninos de rua da nossa cidade.

Quero aproveitar também para agradecer e parabenizar a Gazeta do Povo, na pessoa do Dr. Francisco Cunha Pereira, ele que também assim como eu é lapeano, por ter dado uma página inteira no Caderno "G" sobre a história do Cerco da Lapa e a história do aniversário de fundação da cidade da Lapa, que é agora no dia 13, sexta-feira. Fará 234 anos.

A Lapa que foi criada junto com outras cidades na época do tropeirismo, faz parte da Rota dos Tropeiros. Postanto, dos 16 municípios do Paraná, onde passavam as tropas de mulas que vinham de Viamão para serem vendidas em Sorocaba, na grande feira que tinha no Estado de São Paulo.

Lá, quando tinha aquela passagem dos tropeiros tornou-se uma vila e uma cidade.

Concluo dizendo da importância da Lapa, no cenário do Estado do Paraná. Sem dúvida nenhuma, é a cidade que agrega toda a cultura paranaense, quer na sua Fundação do Tropeirismo quanto das lutas em que aquela cidade já esteve envolvida. Destaco aqui o Cerco da Lapa; foi a cidade que ficou sitiada por 26 dias, mas que garantiu a continuidade da República do Brasil e, também, participou da Guerra do Contestado, uma guerra de grande interesse dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Portanto, parabenizo a Gazeta do Povo pelo destaque que deve, no jornal de ontem, falando da inauguração do Acervo que pertenceu a Davi Carneiro e que se cria o museu lá aonde foi a casa que morreu o General Carneiro ao lado do Teatro São João.

Convido a todos os deputados para, a partir de 5ª feira até domingo, se puderem, compareçam à cidade da Lapa, aonde se comemora os 234 anos, de existência da nossa cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Valdir Rossoni, no Pequeno Expediente.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, eu gostaria da atenção de V. Exa. é uma questão de ordem, que levanto neste momento à comissão Executiva.

Tenho verificado que não tem mais chegado na pauta projetos autorizatórios, tenho percebido aqui, que encontraram um novo artifício para que o deputado possa apresentar projetos "sugere".

Estou entrando com um pedido para que a Mesa tome uma medida que não tolha os deputados de poder apresentar projetos autorizatórios, porque senão, na verdade esta Casa vai ficar aqui aprovando requerimentos e títulos de cidadão honorário. É o caso que está acontecendo hoje, a nossa pauta é muito pobre.

Com essa medida, parece-me que é na CCJ que foi tomada, está tolhendo toda a possibilidade de debates que podem acontecer aqui, nesta Casa.

Estou entrando com um requerimento para que a Comissão Executiva justifique ao Plenário o porquê desta medida, senão nós vamos chegar na seguinte situação: vamos ter que fazer um requerimento para termos aqui sessões apenas nas segunda-feiras, porque na verdade nós não temos trabalhos. Nós não temos projetos, nós não temos nenhuma questão a ser discutida.

Deixo essa questão de ordem, mas encaminharei logo após esse requerimento, porque acredito que para o bom funcionamento desta Casa, e para o bom andamento, para o debate que é importantíssimo, mesmo que o projeto seja inconstitucional, tem que vir ao Plenário, para que o autor do projeto possa defendê-lo, porque, de repente, o autor do projeto não faz parte da CCJ, e assim ele não tem essa oportunidade, de defender sua constitucionalidade, por isso, já temos aqui três votações. A primeira votação em plenário, senhor presidente é a constitucionalidade; a segunda, discute-se o mérito, e nós estamos tendo essa oportunidade. Estou achando que a CCJ, que desculpem a minha colocação, está extrapolando na sua autoridade, e tolhendo a liberdade e os poderes que tem o deputado de apresentar projetos e termos a oportunidade do debate. O que enriquece esta Casa é o debate que não está acontecendo devido essas medidas que, acredito, não deva ter prosseguimento, porque senão, não sei o que seria desta Casa.

Nós já estamos com dificuldades com a Reforma Tributária; é importante. Já estávamos ouvindo o deputado Reni falando há pouco; é importante as assembleias legislativas de todo o país unirem-se, porque não vamos ter nenhuma possibilidade de apresentar projetos ou de ter a autoridade de discutir questões econômicas do nosso Estado. Tudo que serve ao Paraná pode não servir a outro Estado brasileiro, têm questões tributárias que para o Paraná são boas, mas para outros Estados não são.

Senhor presidente, acredito que sempre prevaleceu, nesta Casa, o bom-senso, e, na minha maneira de

entender o bom-senso, é que todos os projetos, sejam eles sugestões ou autorizatórios que venham a Plenário para que o deputado possa ter oportunidade de defender a sua proposta.

Era isso, senhor presidente e aguardo um posicionamento da Comissão Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo o questionamento de V. Exa. acho que tem toda razão. Há poucos dias o deputado Augustinho Zucchi também nos questionou a respeito disso e o deputado Geraldo Cartário, só que nós votamos uma Resolução dia sete de abril de 2003 que dá essas condições na forma como está sendo conduzido o processo hoje.

Pretendo amanhã fazer uma reunião com os líderes da Oposição, da Situação, os demais líderes e convocar o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Hermes da Fonseca, para voltarmos a rediscutir porque, inclusive, estamos tendo dificuldades para fazer a pauta da Casa. Se os deputados tiveram oportunidade de ver a pauta, estamos impedidos, inclusive, de fazê-la, não temos matérias porque elas estão sendo todas julgadas na Comissão de Constituição e Justiça.

Nós voltamos a discutir isso amanhã com uma resposta positiva ou negativa da sua solicitação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

Nas últimas semanas, temos usado a tribuna desta Casa para levantar questões importantes a respeito do nosso Estado, assuntos polêmicos foram discutidos, como por exemplo, a extinção do curso de medicina que já estava funcionando na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Naquela ocasião, a afirmação era de que seria preciso haver uma contenção de gastos porque o Estado não poderia dispende de recursos para a manutenção do curso de Medicina e também, com as adaptações dos hospitais, construção de novos laboratórios.

Tive oportunidade, naquela ocasião, de usar a tribuna, e dizer que eu tinha informações, de que a receita oriunda do ICMS do Estado do Paraná estava tendo um crescimento de 20%. Essa era a informação que havia sido passada, uma informação oficiosa. Por mais de uma vez eu disse, deputado Elio Rusch, que a receita de ICMS era crescente em torno de 20% e quero pedir desculpas a todos os senhores, pois não estava correta minha afirmação na arrecadação de ICMS. O valor correto, senhores deputados, é mais de 38% o aumento da arrecadação de ICMS, deputado Mário Braddock.

Nos quatro primeiros meses deste ano, o Paraná arrecadou mais de 38% sobre o mesmo período do ano passado.

E o importante de ressaltarmos neste momento, é que se pegarmos o valor total da arrecadação deste quadrimestre, que deu R\$2.221.990.000,00 e dividirmos por 4, que são os 4 meses, só de ICMS - não estou me referindo a toda a receita corrente líquida que tem as transferências constitucionais, as outras fontes - nós temos uma arrecadação mensal de R\$550.000.000,00.

Talvez falar R\$550.000.000,00 pareça muito para uns, pareça pouco para outros, mas nós temos que dimensionar, ter uma noção do que é este valor.

O que são R\$550.000.000,00? O que dá para fazer com esse valor que o Estado arrecadou por mês, nos quatro primeiros meses deste ano?

É difícil de mensurar, porque R\$550.000.000,00 realmente é um número grande.

Para que os senhores tenham uma idéia, vou dar outro lado: o Estado do Paraná gastou, para pagar o salário dos funcionários ativos e inativos, senhor presidente, mais os encargos sociais, no mesmo período, nesses 4 meses, o Estado gastou R\$1.388.000.000,00. Se dividirmos por quatro, chegamos ao número de R\$347.000.000,00.

É o que o Estado do Paraná gastou para pagar todos os funcionários e os encargos sociais. Então, nós podemos fazer uma mensuração, ter a noção do tamanho da arrecadação do ICMS do Estado.

O Estado arrecada 550 milhões por mês, só de ICMS e paga 347 milhões a folha de pagamento e encargos sociais.

Então, vejam os senhores, só com o ICMS o Estado paga os seus funcionários e encargos sociais e sobra 200 milhões por mês. Mais de 200 milhões! Esse é o fruto do desenvolvimento, da agregação de valores. Do desenvolvimento industrial do Estado.

(Passa a usar o Horário da Liderança do Partido)

Vejam os senhores, o que representou o processo industrial do Estado.

Podemos até dizer, não, o problema é a safra! Será só a safra? Porque se fizermos uma avaliação dos últimos anos, vamos ver que a cada ano a arrecadação de ICMS cresce, com um vigor fantástico. Tanto é que agora nós tivemos um crescimento de 38%. E nós vamos ver o crescimento real, claro que temos que descontar a inflação, só que por outro lado, se pegarmos as despesas do Estado e a maior é a folha de pagamento, não houve nenhuma correção salarial significativa ou que equivallesse o processo inflacionário.

Então, o Estado, senhor presidente e senhores deputados, é um Estado vigoroso, é um Estado com as finanças muito equilibradas.

Quero dizer aos senhores, tenho acompanhado a parte de execução orçamentária, não só do Paraná como

de outros Estados, e se pegarmos alguns, os nossos cabelos ficam arrepiados. Se pegarmos o Rio Grande do Sul, é um desastre; se pegarmos o Rio de Janeiro, desastre maior; Minas Gerais então, tem um comprometimento com a folha de mais de 70%.

E os senhores sabem qual é o comprometimento do Estado do Paraná com o salário? 41% é o comprometimento com o pagamento de funcionários no Estado do Paraná, fruto, é claro, de um processo estruturado, planejado, para que pudéssemos suportar esse crescimento de despesas, mas com um aumento fantástico de receita. Se falássemos a respeito de um outro Estado que não tivesse uma economia forte, talvez parecesse não ser tão importante. Mas, falarmos de Estados como o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o segundo Estado da Federação, com um comprometimento altíssimo, praticamente inviabilizado, porque não sobram recursos para aplicação em obras e para que sejam feitos os investimentos necessários.

Deputado Elio Rusch, o Estado obteve, nesses quatro meses, um superávit de seiscentos e noventa milhões de reais. Isso, dividido por quatro, representa um superávit de cento e setenta milhões e quinhentos mil reais! Este é o valor que todo o final do mês está sobrando no caixa do Tesouro, o superávit! Vejam o vigor deste Estado!

Eu queria com isso, senhor presidente, com esses dados, antecipar o que será na próxima quarta-feira, quando teremos a satisfação, o prazer e a honra de receber aqui o secretário Heron Arzua, pessoa de gabarito, advogado tributarista dos mais renomados, para que possamos nos inteirar mais desses números. A importância da participação de todos os deputados, porque não podemos mais ficar naquela história de que o Estado está quebrado, que não paga a conta! Não! O Estado tem vigor financeiro, o Estado tem arrecadação e uma arrecadação expressiva!

Vejam os senhores! ICMS é a principal receita. Tivemos momentos em que a arrecadação de ICMS sequer cobria a folha de pagamento! Hoje a arrecadação de ICMS supera a folha de pagamento, com seus encargos! Acredito que, logo, logo, teremos reivindicações do funcionalismo público por aumento de salários e o Estado tem vigor; afinal de contas, temos o processo inflacionário que no último ano chegou em torno de vinte e poucos por cento e que essa recuperação tem que ser feita, temos que recuperar as perdas salariais dos funcionários públicos.

Concedo um aparte ao deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch

Deputado Fernando Ribas Carli, ouço atentamente vosso pronunciamento em relação à situação econômica do Estado do Paraná e a receita, no que diz respeito ao ICMS.

Já usamos essa tribuna por duas ou três vezes, quando apresentávamos alguns dados em relação à receita do Estado deste ano e também do ano passado. O

que nos causa muita estranheza e à sociedade do Paraná, é que quando o atual governo assumiu, no dia 1º de janeiro, disse que o Estado estava quebrado, que o Estado estava falido. Ora! O Estado, um município, uma empresa, uma pessoa física mesmo, só chega à falência econômica e financeira se você gasta muito mais do que arrecada durante todos os meses da tua receita. Você pode gastar uma vez mais do que a sua receita, e isso você vai diluir lá para frente.

O Estado do Paraná é um Estado economicamente equilibrado.

E nós vamos saber isso agora, na próxima quarta-feira, quando teremos a oportunidade de ter a presença, como já disse V. Exa. e foi anunciado na semana passada pelo presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, a audiência pública que deveria ter acontecido já no mês de maio e vamos realizá-la. Embora fora do prazo, vamos realizá-la!

Quero dizer que respeito muito o Dr. Heron Arzua! Ele é um economista, um tributarista dos mais respeitadores do País e eu acho que ele está no caminho certo! Temos a Lei de Responsabilidade Fiscal que diz - e eu rapidamente olhando a documentação que foi encaminhada para esta Assembléia Legislativa - no Estado a dívida pode chegar a 200% da sua receita corrente líquida. E nós tivemos, nos últimos doze meses, uma receita corrente líquida, em números redondos, de oito bilhões e trezentos milhões. Logo, com 200% o Estado poderia ter uma dívida de até dezesseis bilhões e seiscentos milhões de reais em números redondos. E o que o Estado do Paraná nos apresenta, é que a dívida do Estado chega a doze bilhões.

Logo, a dívida do Estado do Paraná, em relação à receita corrente líquida dos 12 últimos meses, não é 200%; é de apenas 143%. Como é que o Estado está falido? Uma outra questão que chamou muito a atenção e pegou todos os deputados de surpresa, inclusive, o próprio líder do governo, deputado Ângelo Vanhoni tem declarado isso na imprensa, que o governador diz que vai encampar o pedágio. Para encampar o pedágio existe a indenização, não só dos investimentos, mas a por lucro cessante. Esses lucros cessantes deverão ser atribuídos por mais 19 anos. As concessionárias apresentadas disseram que dava em torno de três bilhões ou mais. O governo do Paraná tem um número que diz que não chega a um bilhão. Vamos supor que chegue a um bilhão.

Ora, se o Paraná tem um bilhão para gastar e para indenizar as empresas e nós continuamos a pagar o pedágio, vamos pegar esse um bilhão e aplicar na Segurança Pública do Estado do Paraná. E se temos um bilhão de reais, logo, o Paraná não está quebrado.

O Paraná tem dinheiro ou de onde é que vai tirar o dinheiro para pagar isso? É importante que a imprensa que está aqui hoje, se atenha exatamente a esses números. Você fala que o Estado está quebrado, mas você tem condições para encampar o pedágio e indenizar as empresas! Logo, o Paraná não está quebrado!

O Paraná está quebrado, mas é um dos únicos Estados da Federação que pagou a folha de pagamento, inclusive, o 13º. Se não me falha, o Rio Grande do Sul fez o pagamento na semana passada, em relação ao ano passado e foi administrado pelo PT! O Rio de Janeiro também, e tantos outros Estados. Aqui, no Paraná, a receita é crescente mês após mês, e se diz que o Paraná está falido!

Esse é um discurso com palavras demagógicas e políticas, quando na verdade tecnicamente os números são completamente diferentes dos que apresentam nos balanços do Estado do Paraná, meu caro deputado Antônio Anibelli, Líder do Governo, líder do PMDB.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

V. Exa. parece que é advogado das concessionárias. Acho que V. Exa. está defendendo aparentemente, e a imprensa, as concessionárias. Vs. Exas. esqueceram que hoje o governo é de Roberto Requião, do PMDB. Vs. Exas. governaram o Paraná por oito anos. Por que não aplicaram a sua teoria? À nossa teoria o povo nos deu um respaldo, para administrarmos com a competência e a dignidade do governador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O horário do nobre deputado Fernando Ribas Carli está esgotado. Eu pediria que V. Exa. concluísse o seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado ao aparte do deputado Elio Rusch e a participação do deputado Antônio Anibelli.

Para concluir, senhor presidente, eu queria com isso dizer que, se nos quatro primeiros meses tivemos um superávit de 690 milhões, guardada a mesma proporção, estamos no sexto mês, temos cinco meses, se acrescentarmos mais 170, o Tesouro do Estado tem hoje encastelado nos seus cofres, mais de 860 milhões de reais! É esse o dinheiro que está nos cofres do Estado, com as suas contas em dia, que é o que demonstra o vigor deste Estado.

Tenho uma observação a fazer, aqui, senhor presidente, acompanhando a execução orçamentária tem um item que o Estado não está cumprindo, que é o investimento na Educação. A Constituição exige 25% e o Estado aplicou apenas 21%. Acredito que vão fazer essa correção no decorrer do ano. Mas essa execução teria que estar no 25%, ou seja, a aplicação no setor de Educação, a Constituição exige 25% e estamos com 21.

Não é lógico que estejamos gastando somente 21% do que se arrecada em Educação e termos dinheiro, quase um bilhão, no cofre e com a Educação faltando recursos!

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não tendo mais oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças: PSC, PL, PSL, PPS, PSB, PTB.

(Declinaram).

PFL com a palavra.

Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Apenas para esclarecer aos senhores deputados e à Presidência desta Casa e aos paranaenses que nos dão o prazer de sua visita na Sessão de hoje.

Em momento nenhum, deputado Anibelli, eu fiz a defesa das concessionárias, e V. Exa. ouviu muito bem, está registrado nas notas taquigráficas, quando eu falei que o governo disse que o Estado estaria falido. Eu fiz a seguinte afirmação: se o Paraná está falido, ele deveria ter uma dívida bem superior à estabelecida e permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que permite 200% da sua Receita corrente líquida e nós, o Estado do Paraná, a dívida é 143%. Nós poderíamos ainda ter uma dívida de 57% acima daquilo que o Paraná tem, para estar dentro da Lei de Responsabilidade e mesmo assim o Estado ainda não estaria falido.

Eu disse mais, deputado Antonio Anibelli, e não coloque na minha boca palavras que eu não falei! Eu não admito isto! Eu disse que se o governador do Paraná, quando afirmou que o Estado estaria falido, então não tem dinheiro, e as concessionárias estão dizendo, no caso de um encampamento, de uma rescisão do contrato com as concessionárias do Brasil, deve existir a indenização, e nós sabemos que tem que existir, isto é lógico, isto é lei, porque acima do governo existe uma lei, e a lei tem que ser interpretada. A indenização dos investimentos tem que ser ressarcidos e os lucros cessantes também.

Aí, é uma questão de cálculo, de planilha, tem que ver quem vai pagar, quanto vai dar, mas eu disse, se dá um bilhão de reais, então o Paraná tem um bilhão de reais para gastar!

Lógico, se ele tem um bilhão, não está falido, tem um dinheiro em caixa e V. Exa. me disse, mas nós vamos buscar - se pode ir buscar então existe capacidade de endividamento. Se existe capacidade de endividamento o Estado não está falido, economicamente está fortalecido. E disse muito bem o deputado Ribas Carli quando apresentou os números, e nós vamos ouvir os números aqui na Assembléia, pelo secretário da Fazenda do Estado do Paraná, para ver se o Estado efetivamente está falido, se está comprometido financeiramente, de onde é que vem a dívida, e já está conosco, deputado Antonio Anibelli. É uma realidade. Ora, nós estamos aumentando a nossa Receita, Anibelli. De que é isto? Ah, nós estamos gastando, não tem nada a ver com o comportamento da Receita. O não gastar é segurar em caixa e não comprometer, vamos supor, outras obras, outros compromissos.

Agora, o não gastar a moratória não tem nada a ver com a Receita do Estado, em absoluto. O aumento da Receita se deve única e exclusivamente por um motivo, porque o Paraná se industrializou, se desenvolveu nas indústrias, na agricultura, na agropecuária, em todos os sentidos, e isto não é por acaso. É porque teve uma política, uma política governamental fazendo com que as

empresas pudessem se estabelecer no Paraná e usar exatamente os benefícios fiscais, tanto é que hoje, na reforma tributária que se fala em Brasília, no Congresso Nacional, querem acabar com a guerra fiscal, unificar o ICMS, para evitar exatamente essa concorrência que existe dentro do estado do Paraná.

E o Paraná tem mais, deputado Fernando Ribas Carli, aquela propaganda que o Jaime Lerner fazia quando era governador, no Paraná se dá emprego à vista e o imposto se paga a prazo, a poupança do ICMS - o que é a poupança do ICMS? Mais de um bilhão de reais que o Paraná, o atual governo Roberto Requião, vai arrecadar nesses quatro meses em conseqüências das indústrias que se estabeleceram no Paraná e que não recolheram o ICMS e que tiveram prazo para recolher. Isto será recolhido agora.

Então, foi isto que eu disse, deputado Antonio Anibelli, eu sou coerente nas minhas posições, aquilo que na intervenção minha, no aparte que foi cedido pelo deputado Fernando Ribas Carli, eu aparteei, reafirmo de novo, acho que nós vivemos um estado democrático em nosso Estado, em nosso país, e quero dizer aos senhores deputados, independente de quem for governo, no Brasil, no Paraná ou nos municípios, os governos passam e o Estado permanece! Nós somos passageiros, mas acima do governo existe a Lei e a Lei tem que ser cumprida!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário do PMDB, concedo a palavra ao deputado Antônio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, o deputado que me antecedeu na tribuna defende, e eu não discordo de V. Exa. absolutamente, só que Estado fica e nós passamos.

Nós, de acordo com que V. Exa. justifica, é um Estado que não tem muita crise, porque é um Estado novo, nós iremos completar 150 anos de vida no próximo dia 19 de dezembro, se Deus quiser.

O Rio Grande do Sul, Minas Gerais, são Estados mais antigos, Estados que têm comprometimento muito maior com o funcionalismo, com municípios, e que não nos interessa discutir; temos que discutir aquilo que nos interessa.

Quando nós dizíamos na campanha que desde a fundação do Paraná até a eleição passada, o governo Jaime Lerner recebeu o Estado com um bilhão de dívidas e entregou, de acordo com V. Exa. com 12. Falam em 15, 16, mas que tanto faz ser 12, 16 ou 15 e também se o Estado pode ainda aumentar a sua dívida, não é porque V. Exa. pode dever um bilhão de reais que V. Exa. vá fazer a dívida de um bilhão! Nós temos que tentar gestionar ou tentar a nossa dívida de acordo com o interesse do Estado! Não é porque o Estado tem direito a mais 50% da dívida, que vamos fazer os contratos fantasmas, laranjas, contratos para construir mais dois ou três museus! Não é isso que queremos, eu acho que o Estado foi industriali-

zado, as indústrias que vieram ganharam alguns benefícios que poderiam ter sido dados às indústrias paranaenses e não às indústrias de fora, de outros Estados e o governador Roberto Requião quer, através do financiamento da energia, captar empresas para nosso Estado.

Então são políticas distintas, a distribuição de verba a jornais, a rádios, coisas que neste governo não está sendo feita, ao menos eu não tenho conhecimento, e se alguém tiver, que denuncie!

Então, o governador tem rompido contratos e tem feito economia. V. Exa., mesmo, deputado, tem dito na tribuna, e eu lembro, há questão de um mês atrás, V. Exa. dizia que o Paraná estava aumentando a sua arrecadação, mas neste último mês todos os jornais publicaram que o Paraná diminuiu em 20% a sua arrecadação, comparando com os meses anteriores. Parou a arrecadação do IPVA, diminuiu a safra, porque já foi colhida, exatamente, O ICMS, os jornais publicaram que o mês passado a arrecadação diminuiu 20% com relação ao que ela vinha crescendo, em janeiro, fevereiro, março e abril; em maio caiu. Então, são coisas, são épocas do Estado, nós teremos frustração de safra, teremos problema de pagamento de dívidas...

O governo agora já começa a recuperar as estradas que estavam abandonadas. Na 6ª feira, estivemos na campanha dos deputados Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti e Artagão Júnior, dando início a uma ordem de serviço para recuperação da estrada do Rio Ivaí ao município de Cândido de Abreu. Já se começa no Norte Velho, na região do deputado Hermas Brandão, na região de Guaíra. O governador já lançou aqui a Estrada de Serro Azul. Então, o governador, com responsabilidade, depois da moratória está vendo como poderá administrar. Está sobrando vencimentos porque ele não preencheu todos os cargos. A política é do governador Roberto Requião, do PMDB e dos Partidos que ganharam o 2º turno. Cabe a nós administrarmos o Estado. V. Exa. pode estar com saudade do Jaime Lerner. Eu acho que não tenho saudades e nem a maioria do povo paranaense.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. RATINHO JÚNIOR (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar que na quarta-feira passada eu estive em Brasília num jantar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, num convite feito ao meu pai e família, em cortesia pela sua amizade. E nessa ocasião como parlamentar do Estado tive a oportunidade também de lhe entregar o nosso projeto de Segurança Pública, de desarmamento, aqui do Estado, onde ele teve um grande interesse e pediu que voltássemos a falar com o Ministério da Justiça, assim que implantado o projeto no Estado do Paraná.

E também gostaria de convidar os deputados presentes, que amanhã estaremos em Brasília conversando com o ministro da Educação Cristóvão Buarque. Quem puder ir para conversar sobre a federalização de alguma universidade estadual, ou arrumar alguma maneira de trazer verba para o Paraná e resolver de vez o problema das universidades públicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes da Ordem do Dia, gostaria de solicitar ao deputado Bradock, que fizesse a leitura do ofício encaminhado pelos parlamentares, quando esta presidência marca para ouvirmos o secretário Arzua na próxima quarta-feira, às 10 horas no Plenário desta Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Delegado Bradock**)
(Lê ofícios)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, estão convidados todos os senhores parlamentares, para participarem desta Sessão. Na realidade, essa Sessão ocorrerá quarta-feira às 10 horas. É antecipação da Sessão Plenária de quinta-feira.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício GP 091/2003, subscrito pelo deputado Hermas Brandão, constante do expediente, comunicando que foi designada a data de 11 de junho do corrente, às 10 horas, no plenário deste Poder Legislativo, para realização da Audiência Pública, em cumprimento ao disposto nos artigos 9º parágrafo 4º e 54, da Lei Complementar nº 101/2000. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que concede o título de cidadão benemérito ao Estado do Paraná ao Padre Haruo Sasaki. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que concede o título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao Sr. Nelson Maculan. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 270/2003, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que altera a redação do artigo 110, § 2º, da Lei Complementar nº 85 de 27 de dezembro de 1999. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Em votação.**

O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, pedindo escusas por não ter estudado essa matéria antes, gostaria que V. Exa. pedisse ao senhor 1º secretário que pudesse ler a matéria encaminhada à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao senhor deputado Bradock, que faça a leitura do Projeto de Lei Complementar nº 270/2003, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Delegado Bradock**)
(Lê Projeto de Lei Complementar nº 270/2003).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação.

Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1146, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1147 a 1150, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1151 e 1152, de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1153, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1154, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1155, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1156, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 176 e 201/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 006, 009, 023, 025 e 030/2003.

Levanta-se a Sessão.